



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Proposta de Aditamento

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 209.º-A

Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego

1. Em 2022 o Governo cria o Programa Plurianual de Valorização e Conclusão do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego (AHBM), com um valor global de até 75.000.000,00€, a executar no prazo de quatro anos.
2. Para a execução do Programa identificado no número anterior, é reforçado, em 2022, o orçamento da Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, num valor de €7.200.000 euros.
3. A verba referida no número 2, destina-se à realização de um conjunto de ações durante o ano de 2021, nomeadamente as seguintes:
 - a) Realização das intervenções de manutenção sistemática das infraestruturas e equipamentos do AHBM num valor global de até €5.000.000;
 - b) Revisão dos Projetos de Execução para conclusão do AHBM, elaboração dos estudos ambientais correspondentes e respetivo licenciamento dos projetos, com destaque para o Vale do Pranto, Vale do Arunca e Vale do Ega, com uma dotação até €2 000.000;
 - c) Preparação dos concursos para a realização das intervenções previstas nos Projetos de Execução devidamente licenciados, com dotação até € 200.000;

4. Até 30 de setembro de 2022 o Ministério da Agricultura e da Alimentação apresenta a proposta de intervenções no âmbito do Programa Plurianual de Valorização e Conclusão do AHBM, o respectivo cronograma de execução previsional, o seu orçamento e a relação detalhada dos trabalhos já realizados.
5. O Governo inscreve na sua proposta de Orçamento para 2023 o montante necessário para a realização das intervenções previstas no Programa Plurianual de Valorização e Conclusão do AHBM, para 2023.

Assembleia da República, 13 de maio de 2022

Os Deputados,

João Dias; Paula Santos; Bruno Dias; Alma Rivera; Diana Ferreira; Jerónimo de Sousa

Nota justificativa:

O sistemático adiamento da conclusão do emparcelamento do Baixo Mondego tem tido consequências negativas na produção agrícola e na sobrevivência dos agricultores e suas famílias.

A [qualidade] do arroz produzido na região do Baixo Mondego, a sua horticultura ou a qualidade das suas searas de milho demonstram as enormes potencialidades agrícolas desta região e a importância que detém a concretização global de toda a obra.

A conclusão das obras projectadas para a área do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego é vital para o desenvolvimento da atividade agrícola na região, sendo que muitas dessas obras são de cariz estruturante e a sua não concretização determinará a perda de capacidade produtiva.

Em 2018 assistiu-se ao anúncio, com pompa e circunstância, pelo Governo, de que as Obras no Vale do Pranto iriam arrancar no final do mesmo ano (projeto "Pranto I"), abrangendo uma área de cerca de 700 hectares, nos concelhos de Soure e Figueira da Foz, com um investimento na ordem dos 25 milhões de euros, no âmbito do PDR 2020, prevendo-se a sua conclusão em 2022.

Contudo, só apenas em 2 de dezembro de 2021, o Conselho de Ministros aprovou um projeto de emparcelamento integral de uma área de cultura de arroz com 346 hectares e 240 proprietários, do perímetro do Campo de Conde no Vale do Pranto, freguesias de Vila da Rainha e de Samuel, concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Esta Obra que ainda mal começou e apenas integra metade da área que foi prometida estar concluída até ao final deste ano.

Para concluir as Obras-Hidro-Agrícolas no Baixo-Mondego no que respeita ao emparcelamento agrícola, tem que ser intervencionada uma área com mais de 4000 hectares, envolvendo cerca de 2 mil agricultores, situada no Vale do Pranto, Vale do Arunca, Vale do Ega e Campos de S. Facundo/Vale de Ançã.

O PCP tem em muitos momentos defendido, e uma vez mais reitera que é urgente concluir a Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego, que se arrasta há décadas, em que se incluem as obras de emparcelamento agrícola nos Vales do Pranto, Arunca e Ega, a fim de, entre outras situações, evitar cheias não controladas, como as que se assistiram no final do ano de 2019.

O PCP entende que é urgente uma estratégia de apoio financeiro para a concretização das obras de engenharia hidroagrícola e de emparcelamento do Baixo Mondego, para que estes agricultores não fiquem uma vez mais esquecidos, tratando-se esta de uma região com bastante relevância na produção de arroz e milho, culturas com grande impacto na economia local e na vida destas populações.